

# **Pesquisa referente ao uso do banco de dados sobre pessoas portadoras de deficiência.**

**Elaboração: Anne Giselle Santana Carvalho**

Brasília  
2004

## Índice

Siglas e Abreviaturas .....	03
Introdução .....	04
Metodologia .....	05
Cronograma .....	08
Análise dos dados .....	08
Conclusão .....	40
Anexos .....	42
Bibliografia .....	44

## **Siglas e Abreviaturas**

CAGED- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CONADE- Conselho Nacional das Pessoas Portadoras de Deficiência

DF- Distrito Federal

DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos

GDF- Governo do Distrito Federal

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IOA- Associação Internacional dos Ostromizados

OG's- Organizações Governamentais

OMS- Organização Mundial da Saúde

PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PPD- Pessoa Portadora de Deficiência

RAIS- Relação Anual de Informações Sociais

SEADE- Sistema Estadual de Análise de Dados

SINE- Sistema Nacional de Emprego

SUS- Sistema Único de Saúde

UNICEF- Fundação das Nações Unidas para a Infância

## I-Introdução

A humanidade sempre foi marcada pela exclusão econômica, política, social e cultural das pessoas portadoras de deficiência. Assim, em decorrência das relações sociais no mundo contemporâneo, acrescenta-se deficiência produzida por acidentes de trânsito; falta de alimentação adequada; insuficiência de um sistema público de saúde apropriado a atender e prevenir as doenças e etc.

Percebemos, contudo, que os problemas incidem mais acentuadamente sobre as classes de menor poder aquisitivo. Isto acontece devido os graves problemas sociais, bem como das dificuldades de acesso, não só deste segmento, mas da maioria da população, aos direitos básicos de educação, saúde, habitação, trabalho, assistência social e etc. No Brasil, a situação não é diferente, pois de acordo com o censo demográfico realizado em 2000, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população é de aproximadamente 170 milhões de habitantes, dos quais 82% residem em áreas urbanas. Deste total, 24,5 milhões de pessoas portam algum tipo de incapacidade ou deficiência, o que equivale a 14,5%.

Vale ressaltar, que este último Censo foi o primeiro a fazer uma investigação mais detalhada sobre a questão, uma vez que foram inseridas na pesquisa cinco perguntas, de modo que as deficiências fossem detectadas.

Assim, não devemos considerar que houve um aumento desta parcela, se basearmos na estimativa de 10% da Organização Mundial de Saúde (OMS), e sim um estudo um pouco mais detalhado.

Esclarecemos ainda, que apesar de pesquisas e censos realizados, ao longo do tempo, sobre esta parcela da população, especialistas em todo mundo observam que esses dados são insuficientes.

Neste Contexto, a presente pesquisa surge como necessidade dos países membros do MERCOSUR obterem dados mais precisos e completos sobre as pessoas portadoras de deficiência.

Assim, o objetivo da mesma é conhecer as demandas nos diversos setores, bem como a carência deste segmento para que se efetive a elaboração de um banco de dados, no qual todos os países da América Latina poderão utilizá-lo. Desta forma, as instituições competentes, tanto governamentais e não governamentais, poderão intervir eficazmente, por meio de ações mais direcionadas e em concordância com a realidade deste público alvo.

## **II-Metodologia**

Neste sentido, para que a investigação fosse mais concisa tornou-se necessário essa verificação junto aos órgãos governamentais e não governamentais, observando questões que dizem respeito à utilização dos dados, as necessidades estatísticas das entidades, o repasse dos dados às entidades e etc.

Para tanto, realizou-se a inclusão de pesquisa de campo, que ocorreu junto às instituições mencionadas abaixo.

Ressaltamos que para a mesma tivesse uma melhor mensuração, optou-se por selecionar as entidades que representassem os principais tipos de deficiência do Brasil, ou seja, deficiências física, mental, visual e auditiva.

Assim, dentre as entidades do Terceiro Setor destacamos: Associação Brasileira de Autismo (ABRA), Associação Brasileira de Ostromizados (ABRASO), Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais (ABEDEV), Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos (APADA), Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, Conselho Nacional dos Centros de Vida Independente (CVI), Federação Nacional das APAES (FENAPAE), Federação Nacional de Integração dos Surdos (FENEIS), Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi, Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF), União Brasileira de Cegos (UBC); totalizando 11 (onze) organizações pesquisadas.

Entre os selecionados da área governamental estão representantes do Ministério das Cidades, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério das Comunicações, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Ministério da Educação, Ministério dos Esportes, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério dos Transportes e Ministério da Previdência Social; perfazendo um total de 10 Ministérios.

Acrescentamos também na pesquisa órgãos dos Estados e Distrito Federal, a fim de realizar uma comparação na utilização dos dados entre as duas esferas de governo, dentre estes destacamos a Secretaria de Estado.

Esclarecemos que o único item levado em consideração na escolha dos participantes, das áreas governamental (federal) e não governamental, foi de ser participante do Conselho Nacional das Pessoas Portadoras de Deficiência (CONADE), uma vez que os mesmos já desenvolvem ações para o atendimento das pessoas portadoras de deficiência, estando dessa forma, familiarizados com as necessidades, bem como dificuldades que envolvem esse segmento.

Ressaltamos ainda que as instituições não governamentais pertencentes ao CONADE devem atender alguns requisitos, dentre eles: ser de âmbito nacional,

com filiadas em pelo menos treze Estados da Federação, distribuídas, no mínimo, em três , das cinco regiões brasileiras. Assim, como percebemos as mesmas apresentam uma grande representatividade em nosso País.

Esclarecemos também que entre as organizações não governamentais escolhidas, uma não é integrante do Conselho anteriormente citado, ou seja , a Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos (APADA).Este fato justifica-se, pois consideramos esta inclusão relevante para a pesquisa, uma vez que possui, também, grande relevância para o segmento.Esclarecemos ainda que a instituição não é membro do CONADE devido existir apenas uma vaga para este tipo de deficiência, no qual foi representado pela Federação Nacional de Integração dos Surdos (FENEIS).

O instrumental utilizado para a coleta dos dados foi um questionário, para a esfera governamental e outro para a não governamental (Anexos I e II), contendo perguntas abertas, no qual as entidades representativas deveriam explicar suas opiniões sobre os assuntos levantados, favorecendo assim a análise quantitativa e qualitativa dos dados.Tal ação foi empregada visando a não delimitação nas repostas, como ocorre no caso de perguntas fechadas

### **III-Cronograma**

<b>atividades</b>	<b>julho</b>	<b>agosto</b>	<b>setembro</b>
<b>Elaboração do questionário</b>	<b>X</b>		
<b>Escolha dos participantes da pesquisa</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	

<b>Coleta dos dados</b>		<b>X</b>	<b>X</b>
<b>Análise dos dados</b>		<b>X</b>	<b>X</b>
<b>Elaboração do relatório</b>		<b>X</b>	<b>X</b>

#### **IV– Análise dos Dados**

Procederemos agora à apreciação dos dados coletados trabalhados quantitativamente e qualitativamente em sua apresentação.

No entanto, inicialmente, vimos à necessidade de esclarecer alguns pontos relevantes.

Para melhor detalhamento dos dados coletados iremos analisá-los por setores e não na sua totalidade, pois esta seria a melhor forma de identificarmos a necessidade de cada um.

Desta forma, analisaremos as esferas federal e distrital e sociedade civil separadamente.